

Fiesp elogia encontro ministerial

São Paulo — Os empresários que participaram ontem da última reunião do ano da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ficaram satisfeitos com os resultados do encontro ministerial realizado no sábado, quando ficou decidida a retomada do crescimento econômico e a queda imediata nas taxas de juros. Destacaram, porém, que ainda não estão claras as formas que deverão ser colocadas em prática para que o crescimento ocorra de fato. Para o ex-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automóveis (Anfavea), Jacy Mendonça, o esforço do governo pela queda de juros é louvável.

Ele lembrou que a Fiesp tem se batido sempre por isso. “Mas a questão está colocada no programa

como um ideal, um sonho, um desejo”, afirmou, acrescentando que ainda não se nota uma diretriz concreta de como isso será colocado. “Oxalá, o Governo encontre os meios”. Quanto à proposta de estimular a criação de empregos através da Vedução de impostos e de créditos oficiais, Jacy Mendonça lembrou que o Brasil precisa aumentar o nível de emprego em 1,5 milhão de novas vagas ao ano para absorver os jovens que entram no mercado de trabalho. Mas, ao contrário disso, o País tem perdido empregos nos últimos cinco anos de forma acentuada.

Na opinião do empresário, esta situação só se reverterá com o crescimento da economia, o que, por outro lado, só será possível com a queda da taxa de juros e a redução

da inflação. O presidente do Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos de Limpeza, José João Locoselli, disse que é a favor da proposta de criação de estímulos fiscais para setores que gerem mais empregos. Ele destacou o aumento nas exportações, que cresceram em média 14% em valores, em dólar, e representam uma das formas de elevar a produção e o nível de emprego. Um dos temas discutidos na reunião da entidade foi o projeto de mudança no Imposto de Renda de pessoas jurídicas já aprovado na Câmara e no Senado. Para o diretor do departamento de economia da Fiesp, Eurico Korff, o projeto elimina a redução de impostos prometida pelo governo, mantendo uma carga que equivale a 50% a mais que os lucros auferidos pelas empresas.